



# Tribunal de Contas

## **Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2002**

Volume II  
Relatório



**CAPA:** "Liquidação de contas na Casa dos Contos", no tempo do Rei D. Afonso V



**Tribunal de Contas**

---

*PARECER SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO*  
*Ano Económico de 2002*  
*VOLUME II*  
*Relatório*





# Tribunal de Contas

---

**Intervieram na elaboração deste Parecer as seguintes áreas de responsabilidade do Tribunal:**

## Área I

**Domínio:** *Despesa global, concessão de apoios, dívida pública, património financeiro, operações de encerramento da Conta (despesa) e fluxos financeiros entre o OE e o SPE*

**Conselheiro Responsável:** *João Pinto Ribeiro*

**Auditor Coordenador:** *Leonor Côrte-Real Amaral*

**Auditores Chefes:** *António Marta e Francisco Moledo*

**Execução técnica:** *Arabela Correia, Enaltina Vasques, Josefa Henriques, Luís Filipe Ferreira, Luís Pires Cabral, Manuel Duarte, Manuel Rodrigues, Margarida Gouveia, Maria Alice Alves, Maria Cristina Mendes, Maria do Rosário Santos Silva, Maria de Lurdes Fernandes, Rosa Maria Sequeira, Sónia Alexandra Ramalhinho, Tereza Nunes e Zaida Sousa.*

**Apoio informático:** *Célia Horta e Deolinda Santos*

## Área II

**Domínio:** *Receita global, caixas do Tesouro, receita cessante/benefícios fiscais, operações de tesouraria e operações de encerramento da Conta (receita)*

**Conselheiro Responsável:** *Manuel Raminhos Alves de Melo*

**Auditor Coordenador:** *Maria Augusta Alvito*

**Auditores Chefes:** *José Manuel Costa e Luís Filipe Simões*

**Execução técnica:** *Ângela Maria Castro, Frederico Hugo Pinto, Gisela de Oliveira Dias, Manuel João Custódio, Maria Elisa Ribeiro, Maria Manuela Bonaparte, Marília Carrilho, Miguel Abrantes, Natália da Costa Barbosa, Tiago de Moura Gonçalves, Umbelina Pires e Maria João Caldas*

**Apoio informático:** *Maria Elisabete Bento*

### Área III

**Domínio:** *PIDDAC e Fluxos Financeiros com a União Europeia*

**Conselheiro Responsável:** *José Alves Cardoso*

**Auditor Coordenador:** *Abílio Augusto Pereira de Matos*

**Auditores Chefes:** *João Caracol Miguel e Nuno Gil Zibaia da Conceição*

**Execução técnica:** *Ana Cristina Cabo, Ana Isabel Silva, Ana Maria Silva, António Marques do Rosário, António Pombeiro, Carla Bastos Roldão, Daphnie Góis, Humberto José Gomes, Jorge Trindade, José Augusto Silva, Júlio Dias Matos, Júlio Gomes Ferreira, Maria Ivone Mendes, Teresa Garrido e Teresa Estrela.*

**Apoio Informático:** *Kátia Lorena Nobre*

### Área VII

**Domínio:** *Conta da Segurança Social*

**Conselheiro Responsável:** *Manuel Henrique de Freitas Pereira*

**Auditor Coordenador:** *António Manuel Fonseca da Silva*

**Auditor Chefe:** *José Manuel Barbeita Pereira*

**Execução Técnica:** *José Manuel Silva Martins, Maria de Nazaré Leça Ramada e Vítor dos Reis Domingos, contando ainda com a participação de Ana Godinho Tavares, Gaspar Cardoso da Costa, Isilda Albuquerque Costa, Jorge Godinho Viegas, Júlia Reis Curado, Maria Angelina Mateus, Maria da Luz Mendes Pereira, Maria Teresa Santos e Marina Pinto da Fonseca.*

**Revisão do Volume I:** *Luís Queimado, Manuel Custódio e Umbelina Pires*

**Apoio informático geral:** *Ana França, António Caldeira, Armando Antunes, Artur Maia, Graças Vaz, Paula Fonseca e Sandra Veloso*

**Concepção da capa:** *João Paulo Amado*

**Reprografia:** *Afonso Rebelo*



**Tribunal de Contas**

---

*ÍNDICE*





## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
<b>I – PROCESSO ORÇAMENTAL .....</b>	<b>I.3</b>
<b>1.1 – Lei do Orçamento .....</b>	<b>I.3</b>
<b>1.2 – Decreto de execução orçamental .....</b>	<b>I.3</b>
<b>1.3 – Alterações orçamentais .....</b>	<b>I.7</b>
1.3.1 – <i>Alterações que modificaram o total da despesa orçamentada (e da receita prevista) .....</i>	<i>I.7</i>
1.3.2 – <i>Alterações que modificaram o total da despesa prevista por Ministério ou capítulo, ou de natureza funcional, sem terem alterado o montante global da despesa orçamentada .....</i>	<i>I.9</i>
1.3.3 – <i>Alterações que não modificaram o total da despesa prevista por Ministério ou capítulo, nem por funções .....</i>	<i>I.14</i>
1.3.4 – <i>Alterações de natureza funcional .....</i>	<i>I.15</i>
1.3.5 – <i>Alterações de natureza económica .....</i>	<i>I.16</i>
<b>1.4 – Conta Geral do Estado (CGE) .....</b>	<b>I.18</b>
<b>II – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA .....</b>	<b>II.3</b>
<b>2.1 – Considerações gerais .....</b>	<b>II.3</b>
<b>2.2 – Análise do modelo de contabilização .....</b>	<b>II.4</b>
<b>2.3 – Análise dos resultados globais .....</b>	<b>II.11</b>
<b>2.4 – Receitas aduaneiras e impostos especiais sobre o consumo .....</b>	<b>II.24</b>
2.4.1 – <i>Contabilização das receitas do Estado pela DGAIEC .....</i>	<i>II.24</i>
2.4.1.1 – <i>Enquadramento .....</i>	<i>II.24</i>
2.4.1.2 – <i>Processo de contabilização e controlo .....</i>	<i>II.25</i>
2.4.1.3 – <i>Fiabilidade e tempestividade da informação contabilizada .....</i>	<i>II.27</i>
2.4.1.4 – <i>Evolução face ao processo de contabilização anterior .....</i>	<i>II.34</i>
2.4.2 – <i>Reembolsos processados na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo .....</i>	<i>II.35</i>
2.4.2.1 – <i>Enquadramento .....</i>	<i>II.35</i>
2.4.2.2 – <i>Análise e avaliação da informação seleccionada .....</i>	<i>II.36</i>
<b>2.5 – Imposto sobre o valor acrescentado .....</b>	<b>II.39</b>
2.5.1 – <i>Contabilização da receita de IVA pelo respectivo serviço .....</i>	<i>II.39</i>

2.5.1.1 –	Enquadramento .....	II.39
2.5.1.2 –	Fiabilidade e tempestividade da informação disponibilizada .....	II.40
2.5.1.3 –	Apreciação do processo de contabilização e da conformidade com o quadro legal definido e com as instruções da DGO .....	II.55
2.5.2 –	<i>Contabilização dos reembolsos objecto do Despacho do SEAF, de 10 de Abril de 2003</i> .....	II.62
2.5.2.1 –	Enquadramento .....	II.62
2.5.2.2 –	Avaliação da informação .....	II.63
<b>2.6 –</b>	<b>Impostos sobre o rendimento .....</b>	<b>II.71</b>
2.6.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	II.71
2.6.2 –	<i>Conformidade do processo de contabilização com o regime legal</i> .....	II.72
2.6.3 –	<i>Fiabilidade e tempestividade da informação contabilizada</i> .....	II.72
2.6.4 –	<i>Evolução face ao processo de contabilização anterior</i> .....	II.86
<b>2.7 –</b>	<b>Evolução da receita .....</b>	<b>II.89</b>
2.7.1 –	<i>Comparação da receita prevista com a receita cobrada</i> .....	II.89
2.7.2 –	<i>Análise da evolução da receita cobrada</i> .....	II.91
<b>III –</b>	<b>EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA .....</b>	<b>III.3</b>
<b>3.1 –</b>	<b>Considerações gerais .....</b>	<b>III.3</b>
<b>3.2 –</b>	<b>Concretização do regime de administração financeira do Estado (RAFE) .....</b>	<b>III.10</b>
<b>3.3 –</b>	<b>Evolução da despesa .....</b>	<b>III.18</b>
3.3.1 –	<i>Comparação da despesa prevista com a despesa paga</i> .....	III.18
3.3.2 –	<i>Evolução da despesa por classificação económica e orgânica</i> .....	III.19
3.3.3 –	<i>Conferência dos mapas de despesa</i> .....	III.23
<b>3.4 –</b>	<b>Despesas constantes da “Conta Consolidada da Administração Central e da Segurança Social” .....</b>	<b>III.25</b>
<b>IV –</b>	<b>INVESTIMENTOS DO PLANO .....</b>	<b>IV.3</b>
<b>4.1 –</b>	<b>Considerações gerais .....</b>	<b>IV.3</b>
<b>4.2 –</b>	<b>Análise global .....</b>	<b>IV.4</b>
4.2.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	IV.4
4.2.1.1 –	Estrutura do planeamento .....	IV.4
4.2.1.2 –	Opções estratégicas e objectivos da política de investimentos .....	IV.6



## Tribunal de Contas

---

4.2.1.3 –	Estrutura por sectores .....	IV.9
4.2.2 –	<i>Orçamento do PIDDAC</i> .....	IV.9
4.2.2.1 –	Princípios gerais .....	IV.9
4.2.2.2 –	Fontes de financiamento .....	IV.10
4.2.2.3 –	Programas por ministério .....	IV.12
4.2.3 –	<i>Análise da execução do Cap. 50 – Investimentos do Plano</i> .....	IV.12
4.2.3.1 –	Alterações orçamentais ao Cap. 50 .....	IV.12
4.2.3.2 –	Distribuição e classificação das despesas “realizadas” – Cap. 50 .....	IV.13
4.2.3.3 –	Variação e evolução das taxas de execução - Cap. 50 .....	IV.15
4.2.4 –	<i>Análise da execução do PIDDAC global por sectores</i> .....	IV.19
<b>4.3 –</b>	<b>Programa/Projecto PIDDAC “Centros de Formalidades Empresariais – CFE”</b> .....	<b>IV.20</b>
4.3.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	IV.20
4.3.2 –	<i>Envolvente do programa/projecto</i> .....	IV.21
4.3.3 –	<i>Execução financeira global</i> .....	IV.22
4.3.4 –	<i>O PIDDAC – Cap. 50 – Investimentos do Plano e os custos de funcionamento dos CFE</i> .....	IV.22
4.3.5 –	<i>Contextualização</i> .....	IV.23
4.3.6 –	<i>Observações da auditoria</i> .....	IV.24
4.3.7 –	<i>Procedimentos de controlo interno</i> .....	IV.24
4.3.8 –	<i>Planeamento, fiscalização e controlo</i> .....	IV.25
4.3.9 –	<i>Medição e orçamento dos projectos e obras – CFE Loulé e Lisboa II</i> .....	IV.26
<b>4.4 –</b>	<b>Programa/Projecto PIDDAC “Construção/Estradas Nacionais” Sub- projecto “Via de Cintura Sul de Coimbra – Ponte Europa”</b> .....	<b>IV.27</b>
4.4.1 –	<i>Observações da Auditoria</i> .....	IV.28
4.4.1.1 –	A Solução rodoviária .....	IV.28
4.4.1.2 –	Concurso de ideias .....	IV.28
4.4.1.3 –	Concurso da empreitada .....	IV.29
4.4.1.4 –	Repartição de tarefas, encargos e responsabilidades entre a JAE e CM Coimbra .....	IV.29
4.4.1.5 –	Anteprojecto e projecto de execução .....	IV.30
4.4.1.6 –	Estabilização da ponte .....	IV.31

4.4.1.7 – Execução financeira .....	IV.32
<b>V – SUBSÍDIOS, CRÉDITOS E OUTRAS FORMAS DE APOIO CONCEDIDOS PELO ESTADO</b> .....	<b>V.3</b>
<b>5.1 – Considerações gerais</b> .....	<b>V.3</b>
5.1.1 – <i>Concessão de apoios não reembolsáveis</i> .....	V.3
5.1.2 – <i>Âmbito da verificação</i> .....	V.11
<b>5.2 – Apoios concedidos pelo Instituto da Comunicação Social</b> .....	<b>V.12</b>
5.2.1 – <i>Enquadramento</i> .....	V.12
5.2.2 – <i>Execução financeira</i> .....	V.12
5.2.2.1 – Execução orçamental em 2002 .....	V.12
5.2.2.2 – Desorçamentação dos encargos com o porte pago referentes aos CTT .....	V.14
5.2.3 – <i>Atribuição, pagamento e controlo dos incentivos</i> .....	V.15
5.2.3.1 – Porte pago .....	V.16
5.2.3.2 – Expedição de publicações periódicas para as Regiões Autónomas .....	V.19
5.2.3.3 – Incentivos directos ao investimento (IMT, ICCI e IIIDE) .....	V.20
5.2.3.4 – Incentivos específicos à comunicação social e apoio à edição de obras sobre temas de comunicação social .....	V.23
5.2.3.5 – Publicitação dos apoios .....	V.24
5.2.4 – <i>Acção de verificação junto de beneficiários</i> .....	V.24
<b>5.3 – Apoios concedidos pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência</b> .....	<b>V.25</b>
5.3.1 – <i>Enquadramento</i> .....	V.25
5.3.2 – <i>Execução financeira</i> .....	V.27
5.3.2.1 – Execução do orçamento privativo do IPDT .....	V.27
5.3.2.2 – Apoios financeiros a instituições particulares por tipo de apoio .....	V.28
5.3.3 – <i>Atribuição, pagamento e controlo dos apoios financeiros</i> .....	V.28
5.3.3.1 – Programa Quadro Prevenir II (PQP II) .....	V.29
5.3.3.2 – Projectos de continuidade do PQP I e do PQR – 2.º semestre de 2001 e 1.º trimestre de 2002 .....	V.31
5.3.3.3 – Planos Municipais de Prevenção Primária das Toxicodependências (PMPs) .....	V.32



# Tribunal de Contas

---

5.3.3.4 – Plano Integrado de Prevenção das Toxicodependências no Bairro do Casal Ventoso .....	V.33
5.3.3.5 – Apoios não incluídos em programas – Subsídios .....	V.34
5.3.4 – <i>Publicitação dos apoios concedidos pelo IPDT</i> .....	V.34
5.3.5 – <i>Ação junto de entidades beneficiárias</i> .....	V.35
<b>5.4 – Benefícios fiscais .....</b>	<b>V.35</b>
5.4.1 – <i>Enquadramento</i> .....	V.35
5.4.2 – <i>Quantificação da despesa fiscal</i> .....	V.35
5.4.2.1 – Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares .....	V.36
5.4.2.2 – Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) .....	V.37
5.4.2.3 – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) .....	V.39
5.4.2.4 – Imposto automóvel (IA) .....	V.40
5.4.2.5 – Imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) .....	V.41
5.4.2.6 – Outros impostos .....	V.42
5.4.2.7 – Evolução e importância relativa da despesa fiscal .....	V.43
5.4.3 – <i>Actos administrativos que implicaram perda de receita fiscal</i> .....	V.44
5.4.4 – <i>Benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual</i> .....	V.45
5.4.4.1 – Enquadramento normativo .....	V.45
5.4.4.2 – Procedimentos de controlo .....	V.47
5.4.4.3 – Benefícios fiscais do Decreto-Lei n.º 401/99, de 14 de Outubro .....	V.49
5.4.4.4 – Benefícios fiscais do Decreto-Lei n.º 409/99, de 15 de Outubro .....	V.51
5.4.4.5 – Benefícios fiscais dos n.ºs 1 a 3 do art.º 39.º do EBF e da legislação anterior à Lei do OE/99 (Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro) .....	V.56
5.4.4.6 – Benefícios fiscais dos n.ºs 4 a 7 do art.º 39.º do EBF e do Decreto-Lei n.º 289/92, de 26 de Dezembro .....	V.56
5.4.5 – <i>Acatamento das recomendações do Tribunal de Contas</i> .....	V.57
<b>VI – Dívida Pública .....</b>	<b>VI.3</b>
<b>6.1 – Enquadramento da dívida pública em 2002 .....</b>	<b>VI.3</b>
6.1.1 – <i>Objectivos de gestão da dívida, carteira de referência e orientações do Governo</i> .....	VI.3
6.1.2 – <i>Programa de financiamento e de gestão da dívida pública para 2002</i> .....	VI.4

<b>6.2 – Factores com reflexo na evolução da dívida .....</b>	<b>VI.7</b>
6.2.1 – <i>Execução do programa de financiamento para 2002 .....</i>	VI.7
6.2.1.1 – Emissões de Obrigações do Tesouro .....	VI.8
6.2.1.2 – Certificados de Aforro .....	VI.9
6.2.1.3 – Empréstimos de curto prazo em moeda nacional .....	VI.10
6.2.1.4 – Outros empréstimos em moeda nacional .....	VI.10
6.2.1.5 – Emissões em moeda estrangeira .....	VI.11
6.2.2 – <i>Execução do programa de troca de dívida .....</i>	VI.11
6.2.3 – <i>Outros factores com influência na evolução da dívida .....</i>	VI.13
6.2.3.1 – Dívida consolidada .....	VI.13
6.2.3.2 – Obrigações do Tesouro 1997 – Nacionalizações e Expropriações .....	VI.13
6.2.3.3 – Promissórias .....	VI.13
6.2.3.4 – Dívida assumida .....	VI.14
<b>6.3 – Evolução da dívida .....</b>	<b>VI.15</b>
<b>6.4– Observância dos limites fixados na Lei do Orçamento .....</b>	<b>VI.19</b>
<b>6.5 – Gestão da dívida pública .....</b>	<b>VI.23</b>
6.5.1 – <i>Enquadramento .....</i>	VI.23
6.5.2 – <i>Orientações para a gestão da dívida directa do Estado pelo IGCP .....</i>	VI.23
6.5.3 – <i>Operações de financiamento e de recompra .....</i>	VI.25
6.5.4 – <i>Operações envolvendo derivados financeiros .....</i>	VI.26
6.5.5 – <i>Análise dos riscos associados à dívida pública .....</i>	VI.27
6.5.6 – <i>Análise dos custos associados à dívida pública .....</i>	VI.30
<b>6.6 – Produto dos empréstimos públicos e sua aplicação .....</b>	<b>VI.32</b>
6.6.1 – <i>Produto dos empréstimos públicos em 2002.....</i>	VI.32
6.6.2 – <i>Aplicação do produto dos empréstimos em 2002 .....</i>	VI.34
6.6.3 – <i>Evolução do produto dos empréstimos e sua aplicação .....</i>	VI.35
6.6.4 – <i>Assunção de passivos e regularização de responsabilidades .....</i>	VI.37
6.6.4.1 – Assunção de passivos das Regiões Autónomas .....	VI.40
6.6.4.2 – Regularização de responsabilidades .....	VI.41
6.6.4.3 – Outras situações .....	VI.54



## Tribunal de Contas

---

<b>6.7 – Amortizações e encargos correntes da dívida .....</b>	<b>VI.55</b>
6.7.1 – <i>Análise comparativa entre os valores constantes da CGE e os da conta de gerência do IGCP .....</i>	VI.55
6.7.2 – <i>Verbas orçamentais requisitadas para pagamento de amortizações e encargos correntes da dívida pública .....</i>	VI.56
6.7.3 – <i>Evolução das amortizações e encargos correntes da dívida .....</i>	VI.57
6.7.3.1 – Amortizações .....	VI.61
6.7.3.2 – Encargos correntes da dívida .....	VI.61
<b>6.8 – Dívida garantida .....</b>	<b>VI.66</b>
6.8.1 – <i>Concessão de garantias pessoais pelo Estado .....</i>	VI.66
6.8.2 – <i>Pagamentos efectuados pelo Estado em execução de garantias .....</i>	VI.69
6.8.2.1 – Na ordem interna .....	VI.69
6.8.2.2 – Na ordem externa .....	VI.71
6.8.3 – <i>Responsabilidades assumidas e efectivas do Estado .....</i>	VI.71
6.8.3.1 – Na ordem interna .....	VI.74
6.8.3.2 – Na ordem externa .....	VI.76
6.8.3.3 – <i>Evolução e síntese das variações das responsabilidades ocorridas em 2002 .....</i>	VI.76
6.8.4 – <i>Responsabilidades de outras pessoas colectivas de direito público .....</i>	VI.78
6.8.5 – <i>Cabimento das garantias pessoais prestadas nos limites estabelecidos na Lei do Orçamento .....</i>	VI.78
<b>6.9 – Responsabilidades do Estado por garantias prestadas no âmbito dos seguros de crédito, de créditos financeiros, de seguros-caução e seguros de investimento .....</b>	<b>VI.80</b>
6.9.1 – <i>Garantias prestadas pelo Estado em 2002 .....</i>	VI.80
6.9.2 – <i>Capitais garantidos pelo Estado no ano .....</i>	VI.82
6.9.3 – <i>Posição das responsabilidades do Estado no final do ano. ....</i>	VI.83
6.9.4 – <i>Cabimento das garantias prestadas pelo Estado no limite estabelecido na Lei do Orçamento .....</i>	VI.85
6.9.5 – <i>Prémios .....</i>	VI.87
6.9.6 – <i>Montantes disponibilizados pelo Estado, em 2002, para pagamento de sinistros .....</i>	VI.87
6.9.7 – <i>Recuperação de créditos do Estado em 2002 .....</i>	VI.88

<b>VII – PATRIMÓNIO FINANCEIRO .....</b>	<b>VII.3</b>
<b>7.1 – Considerações gerais .....</b>	<b>VII.3</b>
<b>7.2 – Subsector Estado .....</b>	<b>VII.5</b>
7.2.1 – <i>Evolução global em 2002 .....</i>	<i>VII.5</i>
7.2.2 – <i>Evolução por tipo de activos financeiros.....</i>	<i>VII.5</i>
7.2.2.1 – Créditos por empréstimos concedidos .....	VII.5
7.2.2.2 – Créditos por empréstimos de repasses de fundos .....	VII.7
7.2.2.3 – Créditos resultantes da execução de garantias .....	VII.9
7.2.2.4 – Outros créditos .....	VII.10
7.2.2.5 – Obrigações e títulos da dívida pública .....	VII.11
7.2.2.6 – Títulos de participação .....	VII.12
7.2.2.7 – Fundos de investimento .....	VII.12
7.2.2.8 – Acções e quotas .....	VII.12
7.2.2.9 – Participações em entidades não societárias .....	VII.19
7.2.2.10 – Organizações financeiras internacionais .....	VII.20
<b>7.3 – Serviços e Fundos Autónomos .....</b>	<b>VII.21</b>
7.3.1 – <i>Enquadramento .....</i>	<i>VII.21</i>
7.3.2 – <i>Evolução global em 2002 .....</i>	<i>VII.24</i>
7.3.3 – <i>Evolução por tipo de activos financeiros .....</i>	<i>VII.26</i>
7.3.3.1 – Créditos .....	VII.26
7.3.3.2 – Obrigações e títulos de dívida pública .....	VII.33
7.3.3.3 – Títulos de participação .....	VII.34
7.3.3.4 – Fundos de investimento .....	VII.35
7.3.3.5 – Participações em entidades societárias .....	VII.36
7.3.3.6 – Participações em entidades não societárias .....	VII.40
7.3.3.7 – Outros activos .....	VII.41
7.3.4 – <i>Análise comparativa entre os valores apurados, os constantes da CGE/02 e os das contas de gerência .....</i>	<i>VII.42</i>
7.3.4.1 – SFA constantes da CGE .....	VII.42
7.3.4.2 – SFA que não integram os mapas da CGE .....	VII.51
<b>7.4 – Aplicação das receitas obtidas com a alienação de partes sociais do Estado.....</b>	<b>VII.52</b>
7.4.1 – <i>Evolução global .....</i>	<i>VII.52</i>



# Tribunal de Contas

---

7.4.2 – Despesas .....	VII.54
7.4.2.1 – Anulação e amortização de dívida pública .....	VII.54
7.4.2.2 – Novas aplicações de capital .....	VII.54
7.4.2.3 – Visto do Tribunal de Contas .....	VII.56
<b>VIII – OPERAÇÕES DE TESOURARIA .....</b>	<b>VIII.3</b>
<b>8.1 – Considerações gerais .....</b>	<b>VIII.3</b>
<b>8.2 – Análise do sistema contabilístico .....</b>	<b>VIII.4</b>
8.2.1 – Estrutura organizacional .....	VIII.4
8.2.2 – Aplicações informáticas e informação contabilística .....	VIII.5
8.2.2.1 – Aplicações informáticas .....	VIII.5
8.2.2.2 – Informação contabilística .....	VIII.6
8.2.2.3 – Criação e movimentação do Diário 80 .....	VIII.8
8.2.2.4 – Prestação de serviço de <i>homebanking</i> .....	VIII.9
8.2.2.5 – Comparação dos saldos das contas entre <i>homebanking</i> e contabilidade .....	VIII.11
8.2.3 – <i>Fiabilidade e tempestividade da informação</i> .....	VIII.15
8.2.4 – <i>Prosecução do princípio da unidade de tesouraria</i> .....	VIII.21
<b>8.3 – Análise de contas e operações seleccionadas .....</b>	<b>VIII.26</b>
8.3.1 – <i>Contas de Disponibilidades com saldo credor</i> .....	VIII.26
8.3.2 – <i>Contas de Terceiros</i> .....	VIII.28
8.3.2.1 – Contas de Antecipação de Fundos .....	VIII.28
8.3.2.2 – Outras Contas de Terceiros .....	VIII.34
8.3.3 – <i>Contas de Resultados de Operações Financeiras</i> .....	VIII.47
8.3.3.1 – Saldos transitados de 2001 e a transitar para 2003 .....	VIII.47
8.3.3.2 – Provisões para perdas de disponibilidades em moeda estrangeira .....	VIII.47
<b>8.4 – Avaliação sobre a implementação do Regime da Tesouraria do Estado .....</b>	<b>VIII.48</b>
<b>IX – OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DA CONTA.....</b>	<b>IX.3</b>
<b>9.1 – Encerramento da Conta .....</b>	<b>IX.3</b>
<b>9.2 – Apuramento dos saldos de encerramento .....</b>	<b>IX.8</b>
<b>X – FLUXOS FINANCEIROS ENTRE O OE E O SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL .....</b>	<b>X.3</b>
<b>10.1 – Considerações gerais .....</b>	<b>X.3</b>

<b>10.2 – Fluxos financeiros do subsector Estado para o SPE .....</b>	<b>X.3</b>
10.2.1 – Fluxos evidenciados na CGE .....	X.3
10.2.1.1 – Subsídios .....	X.4
10.2.1.2 – Transferências de capital .....	X.5
10.2.1.3 – Aumentos de capital .....	X.11
10.2.2 – Operações não evidenciadas na CGE .....	X.11
<b>10.3 – Fluxos financeiros do SPE para o subsector Estado .....</b>	<b>X.14</b>
<b>10.4 – Fluxos financeiros dos serviços e fundos autónomos para o SPE .....</b>	<b>X.16</b>
10.4.1 – Fluxos evidenciados na CGE .....	X.16
10.4.2 – Outros fluxos .....	X.18
<b>XI – FLUXOS FINANCEIROS COM A UNIÃO EUROPEIA .....</b>	<b>XI.3</b>
<b>11.1 – Considerações gerais .....</b>	<b>XI.3</b>
<b>11.2 – Fluxos financeiros de Portugal para a União Europeia .....</b>	<b>XI.4</b>
11.2.1 – Enquadramento .....	XI.4
11.2.2 – Recursos próprios não tradicionais .....	XI.6
<b>11.3 – Fluxos financeiros da UE para Portugal .....</b>	<b>XI.9</b>
11.3.1 – Enquadramento .....	XI.9
11.3.2 – Portugal no contexto da política financeira da EU .....	XI.9
11.3.3 – Transferências de fundos da UE em 2002 .....	XI.10
11.3.4 – Fluxos financeiros da UE no período 1994/2002 .....	XI.11
11.3.5 – QCA III .....	XI.12
11.3.5.1 – Quadro financeiro previsional .....	XI.12
11.3.5.2 – Realização financeira acumulada .....	XI.13
11.3.5.3 – Pedidos de pagamento em 30/12/2002 – aplicação da “regra n+2” .....	XI.18
11.3.6 – QCA II .....	XI.20
11.3.7 – Fundo de Coesão.....	XI.22
11.3.7.1 – Fundo de Coesão I .....	XI.23
11.3.7.2 – Fundo de Coesão II .....	XI.24
11.3.8 – FEOGA-Garantia.....	XI.24
11.3.9 – Cooperação com o controlo externo comunitário (TCE) .....	XI.25
<b>11.4 – Desenvolvimento e gestão do acesso a bases de dados da DGT, DGDR e IGFSE relativas ao Fundo Comunitário – FSE .....</b>	<b>XI.27</b>



## Tribunal de Contas

---

11.4.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	XI.27
11.4.2 –	<i>Caracterização do SIIFSE</i> .....	XI.29
11.4.3 –	<i>Arquitectura aplicacional</i> .....	XI.29
11.4.4 –	<i>Arquitectura física</i> .....	XI.29
11.4.5 –	<i>Interfaces</i> .....	XI.30
<b>11.5 –</b>	<b>Sistemas de gestão do Eixo Prioritário 3 dos PO Regionais do Norte e do Centro</b> .....	<b>XI.30</b>
11.5.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	XI.30
11.5.2 –	<i>Sistema de informação</i> .....	XI.31
11.5.3 –	<i>Aspectos financeiros</i> .....	XI.31
11.5.3.1 –	Certificação de despesa à Comissão Europeia .....	XI.31
11.5.3.2 –	Aprovações/execução financeira .....	XI.33
11.5.4 –	<i>Eficácia da decisão de candidaturas</i> .....	XI.35
11.5.4.1 –	Candidaturas das medidas FSE .....	XI.35
11.5.4.2 –	Candidaturas das medidas FEDER .....	XI.36
11.5.4.3 –	Candidaturas das medidas IFOP .....	XI.36
11.5.5 –	<i>Eficácia da decisão dos pagamentos</i> .....	XI.36
11.5.6 –	<i>Controlo</i> .....	XI.37
11.5.6.1 –	Acções de controlo .....	XI.37
<b>11.6 –</b>	<b>Componente 1 do Programa Polis – Operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental</b> .....	<b>XI.38</b>
11.6.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	XI.38
11.6.2 –	<i>Observações da auditoria</i> .....	XI.38
11.6.2.1 –	Quadro legal da realização do programa e de cada intervenção .....	XI.38
11.6.2.2 –	Análise do modelo adoptado .....	XI.38
11.6.2.3 –	Financiamento das intervenções Polis .....	XI.40
<b>11.7 –</b>	<b>Análise dos Mecanismos de Suporte e Sistemas de Contabilização dos Fluxos Financeiros Comunitários, no âmbito do PO Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do QCA III – FSE</b> .....	<b>XI.46</b>
11.7.1 –	<i>Enquadramento</i> .....	XI.46
11.7.2 –	<i>Caracterização do POEFDS</i> .....	XI.46
11.7.3 –	<i>Circuito financeiro do FSE no âmbito do QCAIII</i> .....	XI.47
11.7.4 –	<i>Fluxos financeiros FSE em 2002 – reflexos na CGE</i> .....	XI.48
11.7.5 –	<i>Fluxos financeiros provenientes da UE para o POEFDS</i> -	XI.48

	<i>circuito financeiro</i> .....	
	11.7.6 – <i>Orçamentação e contabilização dos projectos co-financiados no âmbito do POEFDS</i> .....	XI.49
<b>11.8 –</b>	<b>Despesas administrativas relativas ao controlo do FEOGA-Garantia, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)</b> .....	<b>XI.52</b>
	11.8.1 – <i>Enquadramento</i> .....	XI.52
	11.8.2 – <i>Observações da auditoria</i> .....	XI.52
	1.8.2.1 – De carácter geral .....	XI.52
	11.8.2.2 – Sobre as despesas com as inspecções no local .....	XI.53
<b>XII –</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b> .....	<b>XII.3</b>
<b>12.1 –</b>	<b>Enquadramento geral e condicionantes</b> .....	<b>XII.3</b>
	12.1.1 – <i>Enquadramento geral</i> .....	XII.3
	12.1.2 – <i>Condicionantes</i> .....	XII.5
<b>12.2 –</b>	<b>O Orçamento e a Conta</b> .....	<b>XII.8</b>
	12.2.1 – <i>Lei do Orçamento</i> .....	XII.8
	12.2.2 – <i>Decreto-Lei de execução orçamental</i> .....	XII.9
	12.2.3 – <i>Alterações orçamentais</i> .....	XII.9
	12.2.4 – <i>Transferências do OSS para serviços da Administração Central</i> .....	XII.10
	12.2.4.1 – PIDDAC .....	XII.11
	12.2.4.2 – Reforma da Segurança Social .....	XII.11
	12.2.4.3 – Comissão Nacional de Família .....	XII.13
	12.2.4.4 – Fundo de Solidariedade com a Emigração .....	XII.13
	12.2.4.5 – RAFE – Regime de Administração Financeira do Estado .....	XII.14
	12.2.5 – <i>Conta da Segurança Social</i> .....	XII.14
<b>12.3 –</b>	<b>Execução orçamental</b> .....	<b>XII.16</b>
	12.3.1 – <i>Receita</i> .....	XII.16
	12.3.1.1 – Receita orçamentada e cobrada .....	XII.17
	12.3.1.2 – Evolução da receita cobrada .....	XII.17
	12.3.1.3 – Evolução das principais receitas .....	XII.19
	12.3.2 – <i>Despesa</i> .....	XII.20
	12.3.2.1 – Despesa orçamentada e executada .....	XII.21



## Tribunal de Contas

---

12.3.2.2 –	Evolução da despesa .....	XII.21
12.3.2.3 –	Evolução das principais despesas .....	XII.23
12.3.3 –	<i>Saldos de Execução Orçamental</i> .....	XII.28
12.3.3.1 –	Exercício de 2002 .....	XII.28
12.3.3.2 –	Evolução no período de 1998 a 2002 .....	XII.32
12.3.4 –	<i>Outros aspectos relevantes</i> .....	XII.36
12.3.4.1 –	Taxa de crescimento médio anual das receitas e despesas .....	XII.36
12.3.4.2 –	Relação das principais receitas e despesas com o PIB .....	XII.37
12.3.5 –	<i>Financiamento do sistema de Segurança Social</i> .....	XII.39
12.3.5.1 –	Subsistemas e regimes de Segurança Social .....	XII.39
12.3.5.2 –	O Financiamento por Subsistemas e regimes na óptica jurídica.....	XII.40
12.3.5.3 –	Normas transitórias de financiamento quanto a 2002 e anos seguintes .....	XII.42
12.3.5.4 –	Constrangimentos à análise do financiamento do sistema em 2002 .....	XII.43
12.3.5.5 –	A evolução da origem de fundos no período 2000/02 .....	XII.43
12.3.5.6 –	Redistribuição financeira entre os subsistemas .....	XII.46
12.3.5.7 –	Comparações do nível contributivo e de fiscalidade no seio da UE .....	XII.52
<b>12.4 –</b>	<b>Balanço e Demonstração de Resultados</b> .....	<b>XII.54</b>
12.4.1 –	<i>Processo de consolidação</i> .....	XII.54
12.4.1.1 –	Fases e constrangimentos do Processo .....	XII.54
12.4.2 –	<i>Composição do Activo, Passivo e Fundos Próprios</i> .....	XII.58
12.4.2.1 –	Activo .....	XII.60
12.4.2.2 –	Passivo .....	XII.62
12.4.2.3 –	Fundos Próprios .....	XII.64
12.4.3 –	<i>Desenvolvimento do Activo por Grupos Patrimoniais</i> .....	XII.71
12.4.3.1 –	Disponibilidades .....	XII.71
12.4.3.2 –	Dívidas de Terceiros – Curto prazo .....	XII.78
12.4.3.3 –	Dívidas de terceiros a médio e longo prazo .....	XII.84

	12.4.3.4 – Investimentos financeiros .....	XII.85
	12.4.3.5 – Imobilizações corpóreas e incorpóreas .....	XII.90
	12.4.4 – <i>Demonstração de resultados</i> .....	XII.93
	12.4.5 – <i>Principais reservas às contas apresentadas</i> .....	XII.97
<b>12.5 –</b>	<b>Pensões de reforma</b> .....	<b>XII.99</b>
	12.5.1 – <i>Dados financeiros e físicos</i> .....	XII.100
	12.5.2 – <i>Capacidade de auto-financiamento do sistema</i> .....	XII.106
<b>12.6 –</b>	<b>Subsídio familiar a crianças e jovens e subsídios de maternidade, paternidade e adoção</b> .....	<b>XII.108</b>
<b>12.7 –</b>	<b>A Acção Social</b> .....	<b>XII.109</b>
	12.7.1 – <i>Evolução global das despesas e transferências do OSS</i> .....	XII.110
	12.7.2 – <i>Despesas e transferências correntes destinadas a IPSS e Estabelecimentos Integrados</i> .....	XII.114
	12.7.3 – <i>Distribuição Regional dos Subsídios a IPSS com Acordos de Cooperação por Áreas Sociais</i> .....	XII.116
	12.7.4 – <i>Controlo Interno na área dos acordos celebrados com IPSS</i> .....	XII.117
<b>12.8 –</b>	<b>O emprego e formação profissional nas CSS e no contexto do sistema</b> .....	<b>XII.118</b>
	12.8.1 – <i>Prestações de desemprego</i> .....	XII.119
	12.8.1.1 – <i>Evolução geral dos subsídios de desemprego e do número de beneficiários</i> .....	XII.119
	12.8.1.2 – <i>Movimento processual</i> .....	XII.121
	12.8.1.3 – <i>Tempos médios de processamento</i> .....	XII.122
	12.8.1.4 – <i>Valores médios de prestações de desemprego processadas (dias e subsídios)</i> .....	XII.125
	12.8.1.5 – <i>Distribuição do número de beneficiários por idade e sexo</i> .....	XII.127
	12.8.2 – <i>Apoios ao emprego e formação profissional</i> .....	XII.130
	12.8.2.1 – <i>Incidência financeira das políticas de emprego e formação profissional</i> .....	XII.130
	12.8.2.2 – <i>Controlo interno na área do emprego e da formação profissional</i> .....	XII.134
	12.8.3 – <i>Linhas de crédito e adiantamentos do OSS para acções de formação profissional co-financiadas pelo FSE</i> .....	XII.136
	12.8.3.1 – <i>Linhas de crédito</i> .....	XII.136
	12.8.3.2 – <i>Adiantamentos do OSS</i> .....	XII.138
<b>12.9 –</b>	<b>Rendimento Mínimo Garantido</b> .....	<b>XII.140</b>



## Tribunal de Contas

---

12.9.1 –	<i>Execução Orçamental</i> .....	XII.141
12.9.2 –	<i>Valor das prestações e número de beneficiários e famílias</i> .....	XII.143
12.9.3 –	<i>Distribuição Regional</i> .....	XII.144
12.9.3.1 –	Perspectiva financeira .....	XII.144
12.9.3.2 –	Número de beneficiários e famílias .....	XII.146
12.9.4 –	<i>Pagamentos indevidos</i> .....	XII.148
12.9.5 –	<i>Execução processual</i> .....	XII.149
12.9.5.1 –	Situação dos processos entrados e avaliados no sistema .....	XII.149
12.9.5.2 –	Motivos da Cessação .....	XII.152
12.9.5.3 –	Caracterização dos Acordos de Inserção .....	XII.154
12.9.5.4 –	Outras características da população beneficiária ....	XII.155
<b>12.10 –</b>	<b>Património financeiro e imobiliário do IGFCSS</b> .....	<b>XII.158</b>
12.10.1–	<i>Património financeiro</i> .....	XII.159
12.10.2–	<i>Património Imobiliário</i> .....	XII.165
<b>PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS</b> .....		<b>A.3</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I.1 – Alterações que modificaram o montante da receita inicialmente prevista .....	I.8
Quadro I.2 – Alterações que modificaram o montante da despesa inicialmente prevista .....	I.9
Quadro I.3 – Alterações que modificaram a repartição inicial da despesa por Ministérios .....	I.10
Quadro I.4 – Transferências de verbas entre dotações do mesmo Ministério .....	I.15
Quadro I.5 – Alterações de natureza funcional .....	I.16
Quadro I.6 – Alterações de natureza económica .....	I.17
Quadro II.1 – Receita do Estado no Sistema Central de Receitas .....	II.11
Quadro II.2 – Apuramento da receita efectiva por entidades .....	II.22
Quadro II.3 – Saldos de liquidação em 01/01/2002 não evidenciados no SCR .....	II.28
Quadro II.4 – Lançamentos efectuados no SGR – desfasamentos verificados .....	II.29
Quadro II.5 – Lançamentos efectuados no SGR por operação de execução .....	II.30
Quadro II.6 – Lançamentos efectuados no SGR –reembolsos .....	II.32
Quadro II.7 – Lançamentos no SGR – Tabela do mês de Dezembro .....	II.33
Quadro II.8 – Versões do SCR remetidas ao Tribunal .....	II.33
Quadro II.9 – Apuramento do valor do reembolso ao FEA .....	II.39
Quadro II.10 – Evolução da receita de IVA em dívida no ano de 2002 .....	II.41
Quadro II.11 – Evolução dos reembolsos e restituições de IVA em dívida no ano de 2002 .....	II.41
Quadro II.12 – Apuramento da receita líquida de IVA para o ano de 2002 .....	II.41
Quadro II.13 – Deduções efectuadas no sistema central do IVA .....	II.44
Quadro II.14 – Identificação dos reembolsos processados por TEI .....	II.46
Quadro II.15 – Evolução da situação dos 9 reembolsos e 16 restituições, no valor de €57.443,30 .....	II.47
Quadro II.16 – Deduções efectuadas pela DCGF .....	II.48
Quadro II.17 – Emissões processadas em 30.12.2002 e consideradas no Despacho .....	II.49
Quadro II.18 – Correções à rubrica “Reembolsos Pagos” nos anos de 2001, 2002 e 2003 .....	II.50
Quadro II.19 – Balcão 0002 – liquidações prévias de IVA .....	II.56
Quadro II.20 – Balcão 0002 – liquidações prévias de juros compensatórios .....	II.57
Quadro II.21 – Balcão 0003 – autoliquidação de IVA .....	II.58
Quadro II.22 – Balcão 0003 – autoliquidação de juros compensatórios .....	II.59
Quadro II.23 – Desfasamento temporal entre a data de registo e a data-valor a que o lançamento diz respeito .....	II.60
Quadro II.24 – Reembolsos e restituições de IVA processados em 30 de Dezembro de 2002 .....	II.64
Quadro II.25 – Restituições emitidas em 30.12.2002 por solicitação dos Serviços de Finanças .....	II.64



## Tribunal de Contas

---

Quadro II.26 – Reembolsos/restituições emitidos antes de 30-12-2002 e considerados na CGE de 2003 .....	II.65
Quadro II.27 – Evolução da receita de IR em dívida no ano de 2002 .....	II.73
Quadro II.28 – Evolução dos reembolsos de IR em dívida no ano de 2002 .....	II.73
Quadro II.29 – Apuramento da receita líquida de IR para o ano de 2002 .....	II.73
Quadro II.30 – Ciclo da informação resultante das pesquisas ao SCIR .....	II.77
Quadro II.31 – Evolução da receita cobrada .....	II.78
Quadro II.32 – Evolução da cobrança conciliada resultante das pesquisas ao SCIR .....	II.78
Quadro II.33 – Evolução da cobrança não conciliada resultante das pesquisas ao SCIR .....	II.79
Quadro II.34 – Evolução da cobrança de liquidações prévias por regularizar .....	II.80
Quadro II.35 – Divergência nas cobranças dos serviços locais .....	II.83
Quadro II.36 – Pontos fortes e fracos do processo contabilístico da Receita de IR .....	II.87
Quadro II.37 – Comparação da receita prevista com a cobrada .....	II.89
Quadro II.38 – Comparação da receita fiscal prevista com a cobrada .....	II.90
Quadro II.39 – Evolução da receita cobrada .....	II.91
Quadro II.40 – Evolução da receita fiscal .....	II.92
Quadro II.41 – Peso da receita no PIB .....	II.92
Quadro III.1 – Execução orçamental .....	III.3
Quadro III.2 – Pagamentos de despesas de anos anteriores dos serviços integrados .....	III.5
Quadro III.3 – Serviços integrados no RAFE quanto às despesas de funcionamento, por Ministério .....	III.12
Quadro III.4 – Serviços integrados no RAFE quanto às despesas inscritas no Cap.º 50, por Ministério .....	III.13
Quadro III.5 – Capítulo 80 – “Contas de Ordem”, por Ministério .....	III.17
Quadro III.6 – Comparação da despesa prevista com a despesa paga, por Ministério .....	III.18
Quadro III.7 – Evolução da despesa orçamental – 2001 - 2002 – por classificação económica .....	III.20
Quadro III.8 – Evolução da despesa orçamental - 2001-2002 - por Ministério .....	III.22
Quadro III.9 – “Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social” – Despesas .....	III.26
Quadro III.10 – Estrutura das despesas dos subsectores líquidas de transferências entre si .....	III.27
Quadro IV.1 – PIDDAC Previsional .....	IV.10
Quadro IV.2 – Execução financeira global do PIDDAC .....	IV.11
Quadro IV.3 – Variação da taxa de execução financeira .....	IV.11
Quadro IV.4 – Síntese e peso relativo dos programas novos e em curso .....	IV.12
Quadro IV.5 – Alterações ao orçamento inicial da despesa – Cap.º 50.º .....	IV.13
Quadro IV.6 – Despesas “realizadas” por ministério e por agrupamentos económicos – Cap.º 50.º ...	IV.14
Quadro IV.7 – Taxas de execução das despesas “realizadas” por classificação económica e ministério .....	IV.14

Quadro IV.8 – Taxa de execução por agrupamentos económicos – Cap.º 50.º .....	IV.16
Quadro IV.9 – Taxa de execução por ministérios – Cap.º 50.º .....	IV.17
Quadro IV.10 – Evolução orçamental do PIDDAC (Cap.º 50.º) em termos orgânicos – 2000/2002 .....	IV.18
Quadro IV.11 – Execução por sectores – Cap.º 50.º .....	IV.19
Quadro IV.12 – Execução do PIDDAC global por sectores e fontes de financiamento .....	IV.20
Quadro IV.13 – Execução financeira global – Conta Geral do Estado 2001/2002 .....	IV.22
Quadro IV.14 – Custos obtidos em condições normais de exequibilidade dos trabalhos .....	IV.26
Quadro IV.15 – Variação dos custos verificados das obras e dos preços estimados .....	IV.27
Quadro IV.16 – Variação dos custos do ar condicionado e dos preços estimados .....	IV.27
Quadro IV.17 – Execução financeira – 2002 .....	IV.32
Quadro IV.18 – Execução financeira global – 2000/2002 .....	IV.32
Quadro IV.19 – Custo real da solução rodoviária .....	IV.34
Quadro V.1 – Apoios directos do Estado, por sectores institucionais .....	V.4
Quadro V.2 – Apoios directos do Estado, por Ministérios .....	V.4
Quadro V.3 – Apoios directos do Estado a empresas e instituições de crédito .....	V.6
Quadro V.4 – Apoios directos do Estado - a “instituições particulares” e a “famílias/particulares” .....	V.7
Quadro V.5 – Apoios concedidos pelos serviços e fundos autónomos, por sectores institucionais .....	V.8
Quadro V.6 – Apoios concedidos por serviços e fundos autónomos .....	V.9
Quadro V.7 – Apoios concedidos directamente pelo Estado e pelos SFA, por sectores institucionais .....	V.11
Quadro V.8 – Apoios concedidos pelo ICS. Execução Orçamental .....	V.13
Quadro V.9 – Apoios pagos pelo ICS, por tipo de incentivo .....	V.13
Quadro V.10 – Encargos com o porte pago e sua regularização .....	V.14
Quadro V.11 – Apoios concedidos pelo IPDT. Execução Orçamental .....	V.27
Quadro V.12 – Apoios pagos pelo IPDT, por tipo de incentivo .....	V.28
Quadro V.13 – Candidaturas ao PQP II, por eixo de intervenção .....	V.30
Quadro V.14 – Planos Municipais de Prevenção Primária, por município .....	V.32
Quadro V.15 – Despesa fiscal total .....	V.36
Quadro V.16 – Despesa fiscal em IRS .....	V.36
Quadro V.17 – Despesa fiscal em IRC .....	V.37
Quadro V.18 – Despesa fiscal em IVA .....	V.39
Quadro V.19 – Despesa fiscal em IA .....	V.40
Quadro V.20 – Despesa fiscal em ISP .....	V.41
Quadro V.21 – Evolução da despesa e da receita fiscal .....	V.43
Quadro V.22 – Peso da despesa fiscal na receita do imposto .....	V.43
Quadro VI.1 – Execução do programa de financiamento .....	VI.7



## Tribunal de Contas

---

Quadro VI.2 – Obrigações do Tesouro Médio Prazo emitidas ao abrigo da LOE/2002 .....	VI.9
Quadro VI.3 – Execução do programa de troca de dívida .....	VI.12
Quadro VI.4 – Evolução da dívida pública directa .....	VI.15
Quadro VI.5 – Estrutura da dívida denominada em moeda estrangeira, por moedas .....	VI.19
Quadro VI.6 – Estrutura da dívida total após swaps, por moedas .....	VI.19
Quadro VI.7 – Risco cambial – Exposição cambial primária e exposição cambial líquida .....	VI.27
Quadro VI.8 – Perfil de maturidades da dívida outstanding .....	VI.28
Quadro VI.9 – Perfil de maturidades da dívida acumulada .....	VI.28
Quadro VI.10 – Perfil de refixing da carteira .....	VI.29
Quadro VI.11 – Duração modificada .....	VI.29
Quadro VI.12 – Risco de crédito expresso em percentagem do limite em vigor .....	VI.29
Quadro VI.13 – Desempenho global da carteira – Taxa interna de rentabilidade anualizada .....	VI.30
Quadro VI.14 – Custo do financiamento nas emissões .....	VI.31
Quadro VI.15 – Custo orçamental e custo cash-flow em 2002 .....	VI.32
Quadro VI.16 – Produto dos empréstimos públicos susceptível de aplicação ao abrigo da LOE/2002 .....	VI.33
Quadro VI.17 – Emissões e produto dos empréstimos públicos em 2002 e respectivo período complementar .....	VI.34
Quadro VI.18 – Produto susceptível de utilização ao abrigo da LOE/2002 e respectiva aplicação.....	VI.35
Quadro VI.19 – Evolução do produto dos empréstimos e sua aplicação .....	VI.36
Quadro VI.20 – Evolução dos valores assumidos/regularizados .....	VI.38
Quadro VI.21 – Assunção de passivos e regularização de responsabilidades .....	VI.39
Quadro VI.22 – Amortizações e encargos correntes da dívida .....	VI.55
Quadro VI.23 – Evolução das dotações orçamentais requisitadas e a repor .....	VI.56
Quadro VI.24 – Amortizações e juros e resultados de swaps em 2002 e respectiva variação .....	VI.58
Quadro VI.25 – Evolução das amortizações e encargos correntes da dívida .....	VI.60
Quadro VI.26 – Evolução das amortizações .....	VI.61
Quadro VI.27 – Evolução dos encargos com juros .....	VI.61
Quadro VI.28 – “Outros encargos da dívida” .....	VI.62
Quadro VI.29 – Evolução das despesas com serviços da dívida pública .....	VI.63
Quadro VI.30 – Comissões pagas aos CTT/juros recebidos .....	VI.64
Quadro VI.31 – Garantias pessoais concedidas pelo Estado em 2002 .....	VI.66
Quadro VI.32 – Pagamentos em execução de garantias ocorridos em 2002 na ordem interna .....	VI.70
Quadro VI.33 – Divergências entre a DGT e as entidades beneficiárias relativamente às responsabilidades assumidas .....	VI.72
Quadro VI.34 – Divergências entre a DGT e as entidades beneficiárias relativamente às responsabilidades efectivas .....	VI.72

Quadro VI.35 – Variações das responsabilidades do Estado na ordem interna .....	VI.74
Quadro VI.36 – Variações das responsabilidades do Estado na ordem externa .....	VI.76
Quadro VI.37 – Evolução dos factores que influenciaram as responsabilidades efectivas do Estado ....	VI.77
Quadro VI.38 – Variações das responsabilidades efectivas do Estado por sectores beneficiários .....	VI.77
Quadro VI.39 – Variações das responsabilidades de outras pessoas colectivas de direito público .....	VI.78
Quadro VI.40 – Cabimentação das garantias pessoais prestadas pelo Estado .....	VI.79
Quadro VI.41 – Evolução dos capitais garantidos pelo Estado no ano .....	VI.83
Quadro VI.42 – Evolução da posição das responsabilidades acumuladas do Estado .....	VI.85
Quadro VI.43 – Valores relativos a 2002 não imputados pela COSEC ao plafond orçamental .....	VI.87
Quadro VII.1 – Repartição do património financeiro, por subsector e tipo de activo .....	VII.4
Quadro VII.2 – Património financeiro do subsector Estado Evolução registada em 2001, por tipo de activo .....	VII.5
Quadro VII.3 – Créditos por empréstimos concedidos. Evolução registada em 2002, por moeda de denominação .....	VII.6
Quadro VII.4 – Créditos por empréstimos concedidos. Evolução registada em 2002, por natureza e moeda de denominação .....	VII.7
Quadro VII.5 – Créditos por repasse de fundos. Montante contratual, por beneficiário e origem dos fundos .....	VII.8
Quadro VII.6 – Créditos por repasse de fundos. Evolução registada em 2002 .....	VII.8
Quadro VII.7 – Créditos por execução de garantias. Evolução registada em 2002 . .....	VII.9
Quadro VII.8 – Créditos resultantes de reestruturação de dívidas. Evolução registada em 2002, por natureza e moeda de denominação .....	VII.10
Quadro VII.9 – Créditos transferidos para o Estado. Evolução registada em 2002 .....	VII.11
Quadro VII.10 – Obrigações e títulos da dívida pública na carteira da DGT. Evolução registada em 2002, por tipo de título .....	VII.11
Quadro VII.11 – Fundos de investimento na carteira da DGT. Evolução registada em 2002 . .....	VII.12
Quadro VII.12 – Acções na carteira da DGT. Evolução registada em 2002, por natureza dos movimentos .....	VII.13
Quadro VII.13 – Participações em organizações financeiras internacionais. Evolução e encargos suportados em 2002, por organização .....	VII.20
Quadro VII.14 – Composição das carteiras dos SFA, por natureza de activos .....	VII.22
Quadro VII.15 – Evolução do património financeiro .....	VII.24
Quadro VII.16 – Evolução global do património financeiro, por entidade .....	VII.25
Quadro VII.17 – Evolução registada na carteira dos empréstimos concedidos .....	VII.27
Quadro VII.18 – Evolução registada no valor da carteira de obrigações .....	VII.33
Quadro VII.19 – Evolução registada no valor da carteira de títulos de dívida pública .....	VII.34
Quadro VII.20 – Evolução registada no valor da carteira de títulos de participação .....	VII.35
Quadro VII.21 – Evolução registada no valor da carteira dos fundos de investimento .....	VII.35



## Tribunal de Contas

---

Quadro VII.22 – Evolução registada no valor da carteira de participações em entidades societárias ....	VII.37
Quadro VII.23 – Movimentos de redução e de aumento da carteira .....	VII.38
Quadro VII.24 – Sociedades constituídas em 2002 .....	VII.39
Quadro VII.25 – Evolução registada no valor da carteira de participações em entidades não societárias .....	VII.41
Quadro VII.26 – Evolução registada no valor da carteira dos outros activos .....	VII.42
Quadro VII.27 – Serviços e fundos autónomos que apresentam divergências entre a informação constante da CGE e a enviada ao abrigo das Instruções .....	VII.44
Quadro VII.28 – Aplicação das receitas das privatizações em 2002 .....	VII.53
Quadro VII.29 – Novas aplicações de capital realizadas em 2002, com receitas das privatizações . ....	VII.55
Quadro VIII.1– Movimentação da conta de “Operações de Regularização da Escrita Orçamental” para o ano de 2002 .....	VIII.36
Quadro IX.1 – Retroação de reposições por Ministérios .....	IX.4
Quadro IX.2 – Retroação de reposições por finalidade .....	IX.5
Quadro IX.3 – Evolução da receita do Estado por cobrar em 2002 .....	IX.8
Quadro IX.4 – Evolução das disponibilidades e aplicações da Tesouraria do Estado em 2002 .....	IX.9
Quadro X.1 – Transferências para entidades do SPE .....	X.3
Quadro X.2 – Subsídios para entidades do SPE .....	X.4
Quadro X.3 – Transferências de capital para entidades do SPE .....	X.5
Quadro X.4 – Transferências de verbas do PIDDAC .....	X.6
Quadro X.5 – Transferências para as administrações portuárias .....	X.7
Quadro X.6 – Transferência de verbas comunitárias para a APA .....	X.8
Quadro X.7 – Transferência de verbas comunitárias para a APDL .....	X.8
Quadro X.8 – Transferência de verbas orçamentais para a APL .....	X.9
Quadro X.9 – Transferência de verbas comunitárias para a APS .....	X.9
Quadro X.10 – Transferência de verbas orçamentais para a APSS .....	X.10
Quadro X.11 – Regularização de responsabilidades .....	X.12
Quadro X.12 – Aumentos de capital .....	X.12
Quadro X.13 – Concessão de garantias pessoais .....	X.13
Quadro X.14 – Variação dos fluxos financeiros e das garantias prestadas .....	X.13
Quadro X.15 – Receitas com origem no SPE evidenciadas na CGE .....	X.14
Quadro X.16 – Dividendos e participação nos lucros .....	X.14
Quadro X.17 – Receitas das privatizações .....	X.15
Quadro X.18 – Variação das receitas com origem no SPE .....	X.15
Quadro X.19 – Transferências dos SFA para o SPE .....	X.16
Quadro X.20 – Transferências dos SFA para o SPE, por entidade .....	X.17
Quadro X.21 – Outras transferências para entidades do SPE .....	X.18

Quadro XI.1 – Fluxos financeiros entre Portugal e a União Europeia .....	XI.3
Quadro XI.2 – Transferências de Portugal para a União Europeia em 2002 .....	XI.5
Quadro XI.3 – Contribuições – Fluxos financeiros .....	XI.6
Quadro XI.4 – Recursos próprios não tradicionais – Execução orçamental .....	XI.8
Quadro XI.5 – Recursos próprios não tradicionais – Evolução .....	XI.8
Quadro XI.6 – Transferências da UE para Portugal – 2002 .....	XI.10
Quadro XI.7 – PIDDAC – Financiamento/Comunitário do PIDDAC 2002 .....	XI.11
Quadro XI.8 – Transferências da UE – 1994/2002 .....	XI.11
Quadro XI.9 – Programação e execução dos fundos do QCA III em 31/12/2002 .....	XI.13
Quadro XI.10 – Programação, aprovação e execução financeira comunitária em 31/12/2002 .....	XI.14
Quadro XI.11 – Realização dos fundos comunitários em 31/12/2002 – QCA III .....	XI.16
Quadro XI.12 – Aplicação da “regra n+2” .....	XI.19
Quadro XI.13 – Realização do QCA II no período 1994/2002 .....	XI.21
Quadro XI.14 – Os Programas Operacionais do QCA II .....	XI.21
Quadro XI.15 – Execução do Fundo de Coesão – 1993/2002 .....	XI.23
Quadro XI.16 – Realização do Fundo de Coesão – 2000/2002 .....	XI.24
Quadro XI.17 – Ajudas no âmbito do FEOGA-Garantia – 2002 .....	XI.25
Quadro XI.18 – Despesa controlada no âmbito do PO Norte e do PO Centro .....	XI.37
Quadro XI.19 – Financiamento do investimento reprogramado .....	XI.41
Quadro XI.20 – Investimento previsto, realizado e cobertura por fundos comunitários .....	XI.43
Quadro XI.21 – Capital social das Sociedades Polis .....	XI.45
Quadro XII.1 – SS – LO/02 e Segurança Social .....	XII.9
Quadro XII.2 – SS – PIDDAC – Transferências do IGFSS no triénio 1999/02 .....	XII.11
Quadro XII.3 – SS – Reforma da Segurança Social – Valores orçamentados transferidos e utilizados no período de 1997/02.....	XII.12
Quadro XII.4 – SS – Reforma da Segurança Social – Valores orçamentados transferidos e utilizados por serviço em 2002 .....	XII.12
Quadro XII.5 – SS – Distribuição dos gastos com a CNF .....	XII.13
Quadro XII.6 – SS – Distribuição dos gastos com a RAFE .....	XII.14
Quadro XII.7 – SS – Síntese da Receita orçamentada e cobrada .....	XII.17
Quadro XII.8 – SS – Segurança Social – Evolução da receita cobrada em 2001 e 2002 .....	XII.18
Quadro XII.9 – SS – Desagregação por instituições das “Receitas de Capital – Outras” .....	XII.19
Quadro XII.10 – SS – Evolução das principais receitas do Sistema no período – 1998/2002 .....	XII.19
Quadro XII.11 – SS – Síntese da despesa orçamentada e executada .....	XII.21
Quadro XII.12 – SS – Evolução da despesa de 2001 para 2002 .....	XII.22
Quadro XII.13 – SS – Evolução da despesa com emprego e formação profissional – 2001/02 .....	XII.23



## Tribunal de Contas

---

Quadro XII.14 –SS – Evolução das principais despesas correntes no período 1998/2002 .....	XII.24
Quadro XII.15 –SS – Despesas de “Administração” do Sistema no período 2000/02 .....	XII.26
Quadro XII.16 –SS – Evolução das despesas de “Administração” do Sistema no período 2000/02 ....	XII.27
Quadro XII.17 –SS – Comparação entre a receita e a despesa .....	XII.28
Quadro XII.18 –SS – Contas da Segurança Social - 1998/02 .....	XII.33
Quadro XII.19 –SS – Principais receitas e despesas – Taxas de crescimento médio anual – 1998/2002 .....	XII.36
Quadro XII.20 –SS – Relação das principais receitas e despesas com o PIB – 1992, 1997 e 2002 .....	XII.38
Quadro XII.21 –SS – Distribuição das receitas e transferências por fontes de financiamento – 2000/02 .....	XII.44
Quadro XII.22 –SS – Peso das contribuições e cotizações nas receitas totais do Sistema-2000/02 .....	XII.45
Quadro XII.23 –SS – Distribuição das contribuições e cotizações por contribuintes e beneficiários no período 2000/02 .....	XII.45
Quadro XII.24 –SS – Financiamento do Sistema .....	XII.47
Quadro XII.25 –SS – Despesas e transferências do subsistema previdencial de repartição .....	XII.48
Quadro XII.26 –SS – Despesas do subsistema de protecção à família e das políticas activas de emprego e formação profissional .....	XII.49
Quadro XII.27 –SS – Despesas do subsistema de protecção social de cidadania .....	XII.50
Quadro XII.28 –SS – Contribuições para a Segurança Social e nível de fiscalidade .....	XII.52
Quadro XII.29 –SS – Ajustamentos formalizados por verbetes de lançamento .....	XII.57
Quadro XII.30 –SS – Evolução no Continente do Activo, Passivo e Fundos próprios – 2001/02 .....	XII.59
Quadro XII.31 –SS – Estrutura do Activo no Continente – 2002 .....	XII.60
Quadro XII.32 –SS – Evolução do Activo no Continente por grupos patrimoniais – 2001/02 .....	XII.61
Quadro XII.33 –SS – Evolução do Passivo no Continente por grupos patrimoniais – 2001/02 .....	XII.63
Quadro XII.34 –SS – Evolução dos Fundos próprios no Continente pelas principais rubricas .....	XII.66
Quadro XII.35 –SS – Distribuição do Património por instituições .....	XII.66
Quadro XII.36 –Desagregação da conta 51 – “Património” no IGFSS (Transferências de contribuições para o IGFSS) .....	XII.67
Quadro XII.37 –SS – Distribuição dos movimentos das Reservas estatutárias por instituições em 2002 .....	XII.69
Quadro XII.38 –SS – Distribuição das Doações por instituições em 2002 .....	XII.70
Quadro XII.39 –SS – Evolução das contas de Disponibilidades no Continente – 2001/02 .....	XII.72
Quadro XII.40 –SS – Distribuição dos Depósitos em Instituições de Crédito e Caixa por instituições – 2002 .....	XII.74
Quadro XII.41 –SS – Distribuição da conta “Títulos negociáveis” .....	XII.77
Quadro XII.42 –SS – Evolução das Dívidas de terceiros de curto prazo no Continente – 2001/02 .....	XII.80
Quadro XII.43 –SS – Principais devedores segundo critérios de antiguidade e valor .....	XII.82
Quadro XII.44 –SS – Evolução das dívidas de terceiros de médio e longo prazo – 2001/02 .....	XII.84

Quadro XII.45 –SS – Evolução no Continente em 2001 e 2002 dos Investimentos financeiros .....	XII.85
Quadro XII.46 –SS – Partes de capital detidas pelo IGFSS em 31/12/2002 .....	XII.86
Quadro XII.47 –SS – Movimentos Contabilísticos na conta “Investimentos financeiros” .....	XII.89
Quadro XII.48 –SS – Outras aplicações financeiras detidas pelo IGFSS .....	XII.90
Quadro XII.49 –SS – Continente – Imobilizações corpóreas e incorpóreas em 2002 .....	XII.91
Quadro XII.50 –SS – Distribuição do Imobilizado corpóreo bruto por instituições – 2002 .....	XII.92
Quadro XII.51 –SS – Continente – Evolução das Imobilizações corpóreas e incorpóreas – 2001/02 ..	XII.93
Quadro XII.52 –SS – Demonstração de Resultados do Continente em 2002 .....	XII.95
Quadro XII.53 –SS – Demonstração dos Resultados financeiros em 2002 .....	XII.96
Quadro XII.54 –SS – Demonstração dos Resultados extraordinários em 2002 .....	XII.97
Quadro XII.55 –SS – Evolução do total das despesas com pensões de reforma do RG e RNCE no triénio de 2000 a 2002 .....	XII.101
Quadro XII.56 –SS – Despesas com pensões de reforma, por subsistema, em 2002 .....	XII.103
Quadro XII.57 –SS – Evolução do número de pensionistas por regime .....	XII.105
Quadro XII.58 –SS – Pensão média anual e mensal .....	XII.106
Quadro XII.59– SS – Tempos médios de processamento das pensões no triénio 2000 a 2002 .....	XII.106
Quadro XII.60 –SS – Relação entre beneficiários e pensionistas .....	XII.107
Quadro XII.61 –SS – Grau de cobertura das contribuições relativamente às pensões .....	XII.107
Quadro XII.62 –SS – Evolução das despesas correntes com prestações de acção social no triénio 2000/02 .....	XII.111
Quadro XII.63 –SS – Despesas de capital com equipamentos sociais no período de 2000/02 .....	XII.113
Quadro XII.64 –SS – Evolução das principais despesas e transferências com acção social no triénio 2000/02 .....	XII.115
Quadro XII.65 –SS – Distribuição dos subsídios a IPSS com acordos de cooperação por áreas sociais e regiões do Continente e Regiões Autónomas em 2002 .....	XII.116
Quadro XII.66 –SS – Subsídios de desemprego – 1998/2002 .....	XII.120
Quadro XII.67 –SS – Número de beneficiários com subsídios de desemprego – 2000/02 .....	XII.121
Quadro XII.68 –SS – Número de requerimentos entrados no período 2000/02 por tipo de subsídio de desemprego .....	XII.122
Quadro XII.69 –SS – Tempos médios (em dias) de processamento dos subsídios de desemprego no período 2000/02 .....	XII.123
Quadro XII.70 –SS – Valores médios (subsídios e dias) em 2001 e 2002 .....	XII.126
Quadro XII.71 –SS – N.º de beneficiários com prestações de desemprego por grupo etário e tipo de subsídio em 2001 e 2002 .....	XII.128
Quadro XII.72 –SS – Distribuição do número de beneficiários com prestações de desemprego por sexo no período 2000/02 .....	XII.130
Quadro XII.73 –SS – Despesas e transferências associadas a políticas de emprego e formação profissional .....	XII.131
Quadro XII.74 –SS – Situação dos adiantamentos do OSS por conta do FSE – 31/12/02 .....	XII.139



## Tribunal de Contas

---

Quadro XII.75 –SS – Orçamento e despesa do RMG no período 1996/02 .....	XII.141
Quadro XII.76– SS – Distribuição das despesas com RMG no quinquénio 1998/02 .....	XII.143
Quadro XII.77 –SS – Prestação média por beneficiários e famílias de2000 a 2002 .....	XII.143
Quadro XII.78 –SS – Despesa no triénio 2000/02 por regiões e CDSSS .....	XII.145
Quadro XII.79 –SS – Número de famílias e indivíduos beneficiários no decurso de 2001 e 2002 .....	XII.147
Quadro XII.80 –SS – Pagamentos indevidos e valores recuperados de prestações do RMG em 2002 .....	XII.148
Quadro XII.81 –SS – Número acumulado de processos entrados e avaliados nos anos 2000, 2001 e 2002 .....	XII.150
Quadro XII.82 –SS – Processos deferidos/indeferidos e taxa de indeferimento .....	XII.151
Quadro XII.83 –SS – Distribuição acumulada dos processos deferidos por cessados e não cessados nos anos de 2000, 2001 e 2002 .....	XII.152
Quadro XII.84 –SS – Motivos de cessação até 31/12/2002 .....	XII.153
Quadro XII.85 –SS – Áreas de inserção .....	XII.154
Quadro XII.86 –SS – Famílias beneficiárias do RMG .....	XII.157
Quadro XII.87 –SS – Evolução dos Fundos próprios e dos RLE do IGFCSS (FEFSS) – 1998/02 ....	XII.159
Quadro XII.88 –SS – Evolução dos rácios Capitais próprios do IGFCSS (FEFSS)/Pensões pagas (RG e total) .....	XII.161
Quadro XII.89 –SS – FEFSS – Aplicação em valores mobiliários .....	XII.164

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico IV.1 – PIDDAC 2002 – Estrutura prevista por sectores .....	IV.9
Gráfico IV.2 – Despesa realizada – Transferências .....	IV.15
Gráfico IV.3 – Variação entre o financiamento total programado e o financiamento total executado 2000 a 2002 .....	IV.33
Gráfico V.1 – Evolução da despesa fiscal .....	V.33
Gráfico VI.1 – Evolução das receitas provenientes das privatizações .....	VI.18
Gráfico VI.2 – Produto dos empréstimos .....	VI.32
Gráfico VI.3 – Aplicação do produto dos empréstimos .....	VI.34
Gráfico VI.4 – Evolução do produto dos empréstimos e sua aplicação .....	VI.36
Gráfico VII.1 – Repartição do património financeiro por subsector e tipo de activo .....	VII.4
Gráfico VII.2 – Evolução da receita da alienação de participações do Estado, 1993-2002 .....	VII.19
Gráfico VII.3 – Constituição das carteiras de activos .....	VII.23
Gráfico VII.4 – Composição em termos percentuais do património financeiro dos SFA no final de 2002 .....	VII.25
Gráfico VII.5 – Carteiras mais representativas no património financeiro dos SFA .....	VII.26
Gráfico VII.6 – Repartição das aplicações de receitas de privatizações, 1993-2002 .....	VII.54
Gráfico XI.1 – Transferências da UE – 1994/2002 .....	XI.12
Gráfico XI.2 – Financiamentos previstos na reprogramação .....	XI.41
Gráfico XI.3 – Distribuição do financiamento recebido .....	XI.44
Gráfico XII.1 – SS – Evolução das principais receitas do Sistema no período 1998/2002 .....	XII.20
Gráfico XII.2 – SS – Evolução das principais prestações sociais – 1999/2002 .....	XII.24
Gráfico XII.3 – SS – Evolução das receitas e despesas correntes no quinquénio 1998/2002 .....	XII.35
Gráfico XII.4 – SS – Evolução da despesa e da receita no quinquénio 1998/2002 .....	XII.35
Gráfico XII.5 – SS – Contribuições para a Segurança Social e nível de fiscalidade em percentagem do PIB .....	XII.53
Gráfico XII.6 – SS – Evolução no Continente do Activo, Passivo e Fundos próprios – 2001/02 .....	XII.59
Gráfico XII.7 – SS – Evolução do Activo pelos principais grupos patrimoniais – 2001/02 .....	XII.62
Gráfico XII.8 – SS – Relação entre as despesas efectuadas com pensões e o total das despesas e transferências .....	XII.100
Gráfico XII.9 – SS – Evolução do total das despesas com pensões de reforma no triénio de 2000 a 2002 .....	XII.102
Gráfico XII.10 – SS – Taxas de crescimento anual nas despesas com pensões no quinquénio 1997-2002 .....	XII.104
Gráfico XII.11 – SS – Evolução do número de pensionistas por regime .....	XII.105
Gráfico XII.12 – SS – Evolução das despesas correntes com acção social de 1999 a 2002 .....	XII.112



## Tribunal de Contas

---

Gráfico XII.13 – Distribuição dos subsídios a IPSS com acordos de cooperação por áreas sociais ....	XII.117
Gráfico XII.14 – SS – Média nacional (em dias) de processamento dos subsídios de desemprego em 2002 .....	XII.124
Gráfico XII.15 – SS – Despesas com RMG de 1996 a 2002 .....	XII.142
Gráfico XII.16 – SS – Evolução das despesas com RMG por regiões .....	XII.146
Gráfico XII.17 – SS – Titulares por escalão etário e sexo .....	XII.155
Gráfico XII.18 – SS – Beneficiários por escalão etário .....	XII.156
Gráfico XII.19 – SS – Tipificação dos agregados familiares .....	XII.156
Gráfico XII.20 – SS – Famílias sem rendimento por tipo de agregado .....	XII.158
Gráfico XII.21 – SS – Evolução dos Fundos próprios e dos Resultados líquidos do IGFCSS (FEFSS) .....	XII.160
Gráfico XII.22 – SS – Evolução dos rácios Capitais próprios do IGFCSS (FEFSS)/Pensões pagas (RG e total) .....	XII.161
Gráfico XII.23 – SS – FEFSS – Aplicação de fundos no período de 2000/02 .....	XII.164
Gráfico XII.24 – SS – FEFSS – Evolução da taxa de rendibilidade dos activos financeiros – 1990/2002 .....	XII.165





**Tribunal de Contas**

---

*Nota Introdutória*





## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Parecer, cuja estrutura reflecte o conteúdo genérico previsto no artigo 41.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, contém, para além da análise relativa ao processo orçamental e à execução global do orçamento, os resultados das acções e verificações realizadas no âmbito e com a incidência que seguidamente se referem.

No que respeita à execução orçamental da receita, para além da análise global sobre o modelo de contabilização e sobre o registo da movimentação na Tesouraria do Estado, foram realizadas várias auditorias que tiveram por finalidade avaliar a implementação do novo sistema de contabilização da receita nas entidades que têm a seu cargo a administração dos principais impostos: Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais do Consumo e Direcção-Geral dos Impostos.

Procedeu-se ainda à realização de auditorias direccionadas aos reembolsos processados pelos serviços centrais da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais do Consumo e aos reembolsos do imposto sobre o valor acrescentado, objecto de despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

No que respeita à receita cessante, a análise efectuada incidiu sobre o apuramento da despesa fiscal para 2002 e o cumprimento do disposto na Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado quanto à publicitação e fundamentação dos actos administrativos que impliquem perda de receita fiscal, tendo sido efectuado o acompanhamento das recomendações do Tribunal de Contas em matéria de benefícios concedidos em sede de contas poupança-habitação, poupança-reforma/educação e de planos poupança-reforma. A análise da despesa fiscal foi complementada com a realização de uma auditoria à Direcção-Geral dos Impostos, no âmbito dos benefícios fiscais previstos no artigo 39º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que visou a avaliação e acompanhamento do processo de concessão daqueles benefícios.

No campo da despesa, para além das acções de verificação e da apreciação geral da "despesa paga" evidenciada na Conta, foram realizadas acções junto de organismos que transitaram o pagamento de encargos vencidos em 2002 para o ano seguinte, bem como auditorias que deram continuidade ao acompanhamento do sistema de concessão de subsídios e outras formas de apoio, directo ou indirecto, por parte do Estado (artigo 41º, n.º 1, alínea h) da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto). Nessas auditorias, que incidiram sobre os apoios concedidos pelo Instituto da Comunicação Social e pelo então Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, apreciou-se, para além dos tradicionais aspectos de legalidade, a regularidade e a correcção económica e financeira da atribuição e pagamento dos apoios e o sistema de controlo instituído, bem como a implementação de anteriores recomendações do Tribunal.

O capítulo relativo aos Investimentos do Plano inclui a análise da execução financeira global do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), nomeadamente da sua parcela anual, bem como as sínteses relativas aos relatórios de auditoria respeitantes aos Programas / Projectos PIDDAC "Centro de Formalidades Empresariais – CFE" e "Construção / Estradas Nacionais", Sub-projecto "Via de Cintura Sul de Coimbra – Ponte Europa".

No capítulo referente à dívida pública, para além da análise dos factores determinantes da evolução da dívida directa do Estado, bem como dos encargos a ela associados, procedeu-se à avaliação da gestão da dívida pública, numa perspectiva idêntica à do ano anterior, com o objectivo de consolidar

experiência e conhecimentos neste novo campo da actividade financeira do Estado. No domínio da assunção de outras responsabilidades, para além da análise dos factores determinantes da evolução da dívida garantida, foi objecto de verificação a concessão de garantias do Estado através da COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A. Continua a assumir particular ênfase a análise da aplicação do produto dos empréstimos, com especial incidência nas operações autorizadas pelo artigo 60.º da Lei do Orçamento, sem a necessária cobertura orçamental, relativamente às quais se continua a verificar a sistemática violação da CRP e da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, com importantes implicações na transparência e rigor das contas públicas.

Como se tem vindo a assinalar em Pareceres anteriores, na medida em que a inventariação do património do Estado não se encontra ainda efectuada e a Conta Geral do Estado continua a não ser acompanhada de um balanço entre valores activos e passivos, a análise que se tem vindo a desenvolver circunscreve-se ao acompanhamento da evolução do património financeiro, tendo em conta as disposições legais aplicáveis, em particular a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril e o artigo 4º da Lei n.º 14/96, de 20 de Abril, tendo por base a informação proporcionada ao abrigo das Instruções n.º 2/00-2.ª Secção. Embora a análise continue a não assegurar a cobertura exaustiva do património financeiro da administração central, abrange, para além dos serviços integrados no subsector Estado, 86 serviços e fundos autónomos.

No presente Parecer, para além do acompanhamento da arrecadação e aplicação das receitas das reprivatizações efectuadas ao abrigo da Lei n.º 11/90, incluindo a função que a Parpública assumiu neste âmbito mereceu especial atenção o modelo adoptado para a extinção da IPE.

A análise das operações de tesouraria foi desenvolvida através de uma auditoria realizada na Direcção Geral do Tesouro que teve como objectivos acompanhar a actividade na área da Tesouraria do Estado, por forma a avaliar a respectiva evolução e do acatamento das recomendações do Tribunal de Contas, bem como do grau de implementação do regime de Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho.

Neste âmbito, foi analisada a movimentação sujeita a condições especificamente determinadas pelo Regime da Tesouraria do Estado, a movimentação em contas e diários criados, alterados ou extintos em 2002, bem como a movimentação destinada à regularização ou encerramento da Contabilidade do Tesouro e da Conta Geral do Estado.

A análise efectuada às operações de encerramento da Conta incidiu, na área da despesa, sobre a retroacção a 2002, de reposições efectuadas em 2003 e, no âmbito da receita, sobre a transferência de saldos de receitas consignadas, sobre as necessidades de financiamento do défice orçamental, bem como sobre os saldos em documentos (receitas em dívida) e em disponibilidades na Tesouraria do Estado.

A Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, no seu artigo 41º, alíneas d) e i), contempla, respectivamente, a análise dos fluxos entre o Orçamento do Estado e o Sector Empresarial do Estado e com a União Europeia (UE), pelo que se procede no presente Parecer à análise desses fluxos.

O Capítulo respeitante aos fluxos financeiros com a União Europeia integra a análise das contribuições financeiras nacionais para o orçamento da Comunidade e a apreciação global, no horizonte temporal 1994-2002, das transferências e da aplicação dos Fundos estruturais, do Fundo de Coesão e do FEOGA - Garantia, contemplando a execução financeira de 2002, sua relação com a CGE/2002 e com o OE/PIDDAC relativo ao mesmo ano. Este capítulo integra ainda as sínteses globais dos seguintes relatórios de auditoria: Desenvolvimento e gestão do acesso a bases de dados da DGT, DGDR e IGFSE relativas ao fundo comunitário – FSE; Sistemas de gestão do Eixo Prioritário 3 “Intervenções



da Administração Central Regionalmente Desconcentradas” dos Programas Operacionais Regionais do Norte (PO Norte) e do Centro (PO Centro), no âmbito do QCA III; Componente 1 do Programa Polis – Operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental; Análise dos mecanismos de suporte e sistemas de contabilização dos fluxos financeiros comunitários, no âmbito do PO Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do QCA III – FSE e Despesas administrativas relativas ao controlo do FEOGA-Garantia, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC).

A dinâmica de mudança que se continua a observar no sector da segurança social, nos aspectos jurídico e institucional, bem como no que concerne ao sistema de informação que lhe está subjacente, implicou alterações em relação ao enquadramento que tem vindo a presidir à análise da respectiva execução orçamental, bem como atrasos e insuficiências na informação prestada, conduzindo, mesmo, à apresentação de contas expressamente qualificadas como provisórias, situação que persiste.

Analisaram-se o Balanço e a Demonstração de Resultados, dando especial destaque às operações de consolidação e comportamento das variáveis mais significativas que fazem parte do leque patrimonial da segurança social. Foi, ainda, abordado e desenvolvido um conjunto de temas considerado como relevante como sejam: as contribuições e pensões de reforma, a acção social, o emprego e formação profissional, o Rendimento Mínimo Garantido e o património financeiro.

No presente Parecer observou-se o princípio do contraditório, tendo o Tribunal de Contas tido na devida conta as respostas das entidades às observações formuladas, de que se inserem extractos ao longo do Relatório, e que se apresentam na íntegra, no Volume III – Anexos, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º da Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro.